

SABERES PLURAIS: EDUCAÇÃO NA SAÚDE

VOLUME 2, SUPLEMENTO 1, DEZEMBRO 2018

NA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, O PROBLEMA DO CONHECIMENTO



ISSN 01000000-31 132



Saberes Plurais: Educação na Saúde

Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde

Comitê Editorial Acadêmico:

Denise Bueno
Fabiana Schneider Pires
Sabrina Lacerda da Silva

Comitê Editorial Executivo:

Fabiana Schneider Pires
Paulo Peixoto de Albuquerque
Ramona Fernanda Ceriotti Toassi

Copyleft:

Permitidas cópia, distribuição, exibição e utilização dos conteúdos nas seguintes condições: mencionar a fonte de atribuição (título do texto, autoral, editorial, ano); não se permite a utilização dos textos para fins comerciais. Manter essas condições para outros espaços educativos: somente está autorizado o uso parcial ou alterado dos textos para a produção de outros documentos sempre que estas condições de licença se mantenham para o texto resultante.

ANAIIS
1º Encontro de Programas de Pós-Graduação Profissional
em Saúde da Região Sul
1ª Mostra de Produção Científico-tecnológica em Saúde Coletiva

Porto Alegre, 18 a 20 de outubro de 2018
Faculdade de Odontologia da UFRGS
Ramiro Barcelos, 2492 – Porto Alegre – RS

Comissão Organizadora

Cristine Maria Warmling - UFRGS
Danilo Blank - UFRGS
Fabiana Schneider Pires - UFRGS
Julio Baldisserotto - UFRGS e GHC
Luciane Kopittke - GHC
Luiz Fernando Alvarenga - UFRGS
Ramona Fernanda Ceriotti Toassi - UFRGS

Comissão Científica

Cristine Maria Warmling - UFRGS
Danilo Blank - UFRGS
Fabiana Schneider Pires - UFRGS
Julio Baldisserotto - UFRGS e GHC
Luciane Kopittke - GHC
Ramona Fernanda Ceriotti Toassi - UFRGS

Comissão da 1ª Mostra de Produção Científico-tecnológica em Saúde Coletiva

Fabiana Schneider Pires - UFRGS
Denise Bueno - UFRGS
Ananyr Porto Fajardo - GHC

Apoio Técnico

Ana Paula Machado
Júlia Bauer
Leonardo Rodrigues Piovesan
Sabrina Lacerda da Silva
Sheron Bizotto
Thais Ostroski Olsson
Tomás Dhuner dos Santos Fichtner
Vitória Gonçalves Gomes

Promoção

PPG Ensino na Saúde - UFRGS
PPG Avaliação e Produção de Tecnologias para o SUS - GHC



Programação

Dia 18/10/18 – Quinta-feira

19:00 às 21:00 – Mesa de abertura

A pós-graduação e a incorporação responsável de conhecimento na Saúde Coletiva
Prof. Dra. Leny Alves Bonfim Trad (Professora da UFBA. Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos. Área de Avaliação Saúde Coletiva CAPES)
Coordenadora: Profa. Dra. Cristine Maria Warmling

Dia 19/10/18 – Sexta-Feira

9:00 às 12:00 – Mesa temática

Avaliação quadrienal perspectivas para os PPG profissionais da Saúde Coletiva
Prof. Dra. Cláudia Leite Moraes (Professora da UERJ. Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais. Área de Avaliação Saúde Coletiva CAPES)
Produtos técnicos informacionais educativos na Saúde Coletiva
Prof. Dr. Hélio Roberto Hékis (Professor da UFRN. Vice-Coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Inovação em Saúde. PMPGIS/UFRN)
Coordenador: Prof. Dr. Julio Baldisserotto

14:00 às 16:00 – 1ª Mostra de Produção Científico-Tecnológica em Saúde Coletiva
Coordenadoras: Profa. Dra. Fabiana Schneider Pires e Profa. Dra. Denise Bueno

17h às 18h – Conferência

Como construir uma agenda de produção tecnológica para atender necessidades do SUS?
Prof. Dr. Elson Romeu Farias (Diretor do Departamento de Ações em Saúde - SES/RS)
Coordenadora: Profa. Dra. Luciane Kopittke

18:30 às 19:30 – Reunião dos Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva.
Formação da Rede da Região Sul de Pós-Graduação de Mestrados Profissionais

Dia 20/10/18 - Sábado

9:00 às 11:00 – Mesa temática

Produção tecnológica no contexto da pós-graduação e a contribuição para o SUS
Produção tecnológica na Saúde Coletiva e valorização da CAPES
Prof. Dr. Bernardo Lessa Horta (Professor da UFPEL. Coordenador de Área de Avaliação Saúde Coletiva CAPES)
Produção tecnológica e a valorização da Universidade
Prof. Dr. Celso Gianetti Loureiro Chaves (Pró-Reitor de Pós-Graduação da UFRGS)
Produção tecnológica e inovação: a contribuição para o SUS
Prof. Dr. Geraldo Pereira Jotz (Professor da UFRGS. Gerente de Ensino Pesquisa do GHC)
Coordenador: Prof. Dr. Danilo Blank

Sumário

Editorial

Avaliação da pós-graduação profissional e a produção de conhecimento científico-tecnológico em Saúde Coletiva	03
Cristine Maria Warmling	

Resumos Expandidos - Comunicação Oral

A importância do mestrado profissional para o fortalecimento da qualificação dos profissionais no SUS.....	05
Michele Neves Meneses, Ramona Fernanda Ceriotti Toassi	
Boletim informativo de pesquisa educação permanente nas redes de atenção e ensino na saúde.....	07
Vanessa Nogueira Martino, Cristine Maria Warmling, Fabiana Schneider Pires, Bianca Giovanna Menna Ruiz Diaz, Caroline Konzgen Barwaldt, Leonardo Rodrigues Piovesan	
Boletim informativo da integração ensino-saúde na rede de atenção à saúde bucal do município de Porto Alegre/RS.....	09
Caroline Konzgen Barwaldt, Bianca Menna Alvez Ruiz Dias, Vanessa Martino, Leonardo Rodrigues Piovesan, Fabiana Schneider, Cristine Maria Warmling	
A importância da educação popular em saúde nos processos formativos na atenção básica.....	11
Michele Neves Meneses, Ramona Fernanda Ceriotti Toassi	
Produto técnico em construção: treinamento aos profissionais da central de regulação do SAMU/RS (CR/SAMU/RS) para qualificação do SUS	13
Andréa Cristiane da Silva Pinheiro, Danilo Blank	
O “SUSINHO” personagem para estimular a aprendizagem sobre o SUS no ensino fundamental.....	14
Margit Elena Theisen, Roger dos Santos Rosa, Marta Regina Mueller, Liliane Dreyer da Silva Pastoriz, Bruno Luís de Oliveira Martins, Leonardo Thomaz Sauter, Radharani Malheiros Mendes	
Construção coletiva: proposta de capacitação em quimioterapia.....	16
Daniela Cristina Ceratti Filippin, Denise Bueno	
Inserções da urgência e emergência no cotidiano das pessoas: uma história de vida.....	17
Sabrina Lacerda da Silva, Carmen Lucia Bezerra Machado	
Efetividade da terapia com laser de baixa dose para o tratamento da mucosite em pacientes oncológicos: uma revisão sistemática e metanálise.....	18
Fernando Anschau, Jacqueline Webster, Marcelo Eduardo Zanella Capra, André Luis Ferreira de Azeredo da Silva, Ailton Tetelbom Stein	
As tecnologias digitais como dispositivo de cuidado no fazer saúde	19
Alana Hoffmeister, Fabiana Schneider Pires	
Compreendendo os fenômenos da retenção e evasão na educação superior em odontologia: estudo de caso em curso noturno.....	20
Juliana Maciel de Souza Lamers, Ramona Fernanda Ceriotti Toassi	

Incidência de síndrome de realimentação em pacientes com prescrição de nutrição parenteral em um hospital público de Porto Alegre	22
Ana Paula Corrêa Meira, Flávia Moraes Silva	
Ambiente virtual de aprendizagem sobre adesão à farmacoterapia pelos usuários dos serviços de saúde do SUS para os profissionais de saúde	23
Marcelo Rodrigues Reser, Clécio Homrich da Silva	
A integração do ensino-serviço-comunidade como promotora da Humanização/SUS	24
Mirede Barbosa Krawczyk, Ana Célia Teixeira de Carvalho Schneider, João Luiz Gurgel Calvet da Silveira	
Escolaridade das equipes de atenção primária no município de Porto Alegre – RS.....	26
Fernanda Picetti dos Santos, Roger dos Santos Rosa, Ronaldo Bordin, Bruno Luís de Oliveira Martins, Leonardo Thomaz Sauter	
A consulta compartilhada como experiência de prática para a docência no mestrado profissional.....	28
Ana Flávia Mariano Bailone Alvares Leite, Gessiane Keila Ignatowicz Pasquali, Deisi Maria Vargas	
Suicídio na adolescência: um relato de experiência.....	30
Sabrina Lacerda da Silva	
Educação permanente e processos de trabalho em saúde mental: limites e possibilidades.....	32
Daiane Schellin Berwaldt	
Concepções de saúde de adolescentes e profissionais da atenção básica.....	33
Gessiane Keila Ignatowicz Pasquali, Ana Cláudia Barbaresco, Ana Flávia Mariano Bailone Alvares Leite, Cláudia Regina Lima Duarte da Silva	
Demanda e perfil de usuários adultos classificados como pouco urgentes em unidade de pronto atendimento oriundos de uma rede de serviços de saúde comunitária.....	35
Gisele de César Schafirowitz, Aline Corrêa de Souza	
Estilos parentais de pais e responsáveis de usuários e não usuários do CAPSi de Blumenau/SC.....	36
Helena Medina Menezes, Jussara Dalcastagne Miozzo, Marlon Fernando de Oliveira, Carlos Roberto de Oliveira Nunes	

Editorial

AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM SAÚDE COLETIVA

A relevância do I ENCONTRO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE COLETIVA DA REGIÃO SUL e I MOSTRA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA EM SAÚDE COLETIVA fundamenta-se na recente expansão de Programas de Pós-graduação (PPGs) na modalidade profissional da área da Saúde Coletiva e no papel que representam para a inovação da produção científico-tecnológica frente as soluções para os problemas que apresentam o Sistema Único de Saúde.

Os PPGs ‘modalidade profissional’ devem enfatizar a produção tecnológica, porém o que se verifica é que o campo da avaliação dessa produção ainda não se encontra bem delimitado e/ou totalmente reconhecido nas instituições de ensino responsáveis e seus órgãos avaliadores como também, de um modo geral, perante a sociedade. Diante disso, foi definido como tema principal do encontro a Avaliação da Pós-graduação Profissional e a Produção de Conhecimento Científico-Tecnológico em Saúde Coletiva.

O evento reuniu Programas de Pós-graduação Modalidade Profissional da Região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), que atuam na área da Saúde Coletiva e afins, para enfrentar um amplo debate sobre a temática do desenvolvimento e avaliação de processos de ensino, pesquisa e produção científico-tecnológica no campo da pós-graduação modalidade profissional.

As instituições idealizadoras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Grupo Hospitalar Conceição (GHC), por meio de seus respectivos mestrados profissionais – Ensino na Saúde e Avaliação de Tecnologias para o Sistema Único de Saúde –, estabeleceram parceria tomando para si a responsabilidade de organizar e promover uma grade de apresentações e debates para dar conta do desafio da temática.

Com a realização do evento foram reunidos os protagonistas de tais programas de pós-graduação modalidade profissional do sul do país – docentes, discentes, profissionais de saúde e gestores de ensino e de serviço. A proposta qualificou esse público alvo no âmbito dos marcos regulatórios da produção e avaliação científico-tecnológica em saúde coletiva no Brasil.

Os participantes tiveram a oportunidade de reconhecer a rede de instituições envolvidas na formação a nível de pós-graduação profissional no campo da saúde coletiva da Região Sul, objetivos comuns, dificuldades e potencialidades. Foi possível nos três dias de encontro debater com



profundidade, relacionando o campo de produção científica e tecnológica da Saúde Coletiva com os critérios de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Também se estabeleceu como meta a divulgação para a sociedade do que vem sendo produzido por esses PPGs ampliando sua capacidade de inserção social.

O evento incluiu a realização da I MOSTRA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA EM SAÚDE COLETIVA onde foram apresentadas produções científicas e técnicas produzidas pelos discentes e docentes nesses Programas.

O suplemento da revista ‘Saberes Plurais: Educação na Saúde’ que ora apresenta-se foi produzido com o objetivo de abranger os anais das produções científico-tecnológicas inscritas no evento.

Cristine Maria Warmling

Comissão Organizadora do Encontro

Resumos expandidos - Comunicação Oral

A IMPORTÂNCIA DO MESTRADO PROFISSIONAL PARA O FORTALECIMENTO DA QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NO SUS

Michele Neves Meneses¹

Ramona Fernanda Ceriotti Toassi²

O presente relato de experiência faz reflexão sobre a importância do mestrado profissional para o fortalecimento da qualificação dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) à luz da Educação Permanente em Saúde e da Educação Popular em Saúde. A Educação Permanente em Saúde (EPS) propõe que os processos de formação dos profissionais da saúde sejam estruturados a partir da problematização do seu processo de trabalho, propondo a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho. A EPS tem como referencial as necessidades de saúde das pessoas, a gestão setorial e participativa, e a promoção da saúde sob suas diversas formas, ainda que consiga trabalhar com as singularidades e especificidades daqueles trabalhadores e trabalhadoras em saúde, para que não seja apenas mais um espaço de discussões sem sentido. Que seja intrínseca ao trabalho real e vivido no dia a dia no campo da saúde. Desse modo, faz-se necessário uma reflexão permanente sobre o que está acontecendo no serviço, na sociedade e na vida e, o que precisa ser (re)pensando, transformado e (re)feito (BRASIL, 2004). Dessa forma, a EPS se apresenta como uma nova perspectiva para o redimensionamento e ressignificação das práticas em saúde, buscando promover a interação entre os atores e as atrizes envolvidas nessa construção e, a partir daí fazendo com que sejam incorporadas novas atitudes, como o pensar, o saber, o fazer, o refletir, a interação, a integração e a (re) construção com os outros e as outras, o que por sua vez, também compreende a Educação Popular em Saúde (BRASIL, 2013). Essa, constitui um movimento que se expressa nas práticas de cuidado, na produção de conhecimentos compartilhados e na constituição de sujeitos e atores políticos no campo da saúde. Possibilita a aproximação e diálogo entre o saber popular, o saber médico científico, os profissionais e as instituições de saúde (BONETTI; PEDROSA; SIQUEIRA, 2011). Da mesma forma, a Educação Popular, é um instrumental indicado para a dialogicidade que se impõe a ratificar o seu papel de transformação sem negar a leitura do mundo dos trabalhadores e trabalhadoras, imbricada na vida, nem o poder de serem mais ou de serem críticos, autônomos cientes de que o ato educativo é um ato político. Trazendo à luz todo o processo vivenciado no mestrado profissional no Programa de Pós-graduação em Ensino na Saúde (PPG ENSAU), entre 2017 e 2018, compreende-se o papel da Educação Permanente e da Educação Popular em reanimar trabalhadores e trabalhadoras a prosseguir como militantes da ‘utopia’. Uma ‘utopia possível’ a partir de agentes de mudança. Logo, não se pode educar para a autonomia por meio de práticas hegemônicas, não se pode educar para a liberdade a partir de práticas autoritárias e não se pode educar para a democracia a partir de práticas autocráticas (FREIRE, 2005a; FREIRE, 2005b). Assim, o PPG ENSAU é uma importante ferramenta de qualificação profissional para atuação no SUS, mas também, essencial no fortalecimento da reflexão e consciência crítica a partir da formação em saúde para, com isso, a transformação dos processos de trabalho. Portanto, sendo um desafio ético e político, pois se deve pensar em valores, normas e direitos que configuram essa práxis e que, indissociavelmente, devem constituir a práxis educativa do real e

¹ Enfermeira na Prefeitura Municipal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. Articulação Nacional de Movimentos e Práticas em Educação Popular e Saúde – ANEPS/MOPS. Educadora Popular em Saúde. Especialista em Abordagem Multidisciplinar em Dependência Química. Especialista em Educação Permanente em Saúde. Especialista em Vigilância Ambiental em Saúde. Especialista em Gestão em Saúde Pública. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: michelemenese22@gmail.com

² Cirurgiã-dentista. Doutora em Educação. Professora associada do Departamento de Odontologia Preventiva e Social da Faculdade de Odontologia e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: ramona.fernanda@ufrgs.br

do vivido no trabalho e na vida de todos envolvidos, para que se efetivem nos serviços de saúde, de fato, trabalhadores e trabalhadoras como agentes de mudança para um SUS real e qualificado.

Referências

BONETTI, O. P.; PEDROSA, J. I. S.; SIQUEIRA, T. C.A. Educação popular em saúde como política do Sistema Único de Saúde. **Revista de APS**, Juiz de Fora, v. 14, n. 4, p. 397-407, out./dez. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política de educação e desenvolvimento para o SUS**: caminhos para a educação permanente em saúde: pólos de educação permanente em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS**. Brasília: Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005b.

Resumos expandidos - Comunicação Oral

BOLETIM INFORMATIVO DE PESQUISA EDUCAÇÃO PERMANENTE NAS REDES DE ATENÇÃO E ENSINO NA SAÚDE

Vanessa Nogueira Martino¹

Bianca Giovanna Menna Ruiz Diaz²

Caroline Konzgen Barwaldt²

Leonardo Rodrigues Piovesan¹

Fabiana Schneider Pires³

Cristine Maria Warmling⁴

O objetivo deste boletim informativo é divulgar as informações técnico-científico das pesquisas desenvolvidas pelo grupo de pesquisa Educação Permanente nas Redes de Atenção e Ensino na Saúde é vinculado ao Departamento de Odontologia Preventiva e Social (DEOPS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O grupo iniciou os encontros no primeiro semestre do ano de 2017 com o objetivo de desenvolvimento de conhecimento científico nas áreas da formação e da educação permanente, destacando estudos com enfoque qualitativo na área da saúde. Com isso, espera-se maior interação e apreensão de conhecimentos através de discussões críticas-reflexivas resultantes dos projetos que estão sendo elaborados e conduzidos pelos participantes deste grupo. A composição deste envolve docentes vinculados ao Programa de Pós-Graduação Ensino na Saúde da UFRGS e discentes deste mesmo programa. Metodologia do produto: O relatório final do estudo se constituirá no diagnóstico situacional, tanto da rede de atenção à saúde, quanto do ensino no território, se estabelecendo em um importante instrumento de gestão do território em estudo, em especial, para a gestão da educação. Considerando que paradoxalmente, mudanças acontecem facilmente ao nível das unidades, justamente por causa da autonomia dos operadores (DUSSAULT, 1992), o relatório será desenvolvido, especialmente, na perspectiva do ensino nos serviços de saúde e seu papel como agente de mudança como fomento a Educação Permanente em Saúde (EPS). O objetivo é apresentar e disponibilizar os dados obtidos da pesquisa ao público em geral. O cenário e público alvo serão todos os interessados. Os dados produzidos a partir dos quatro grupos focais realizados com profissionais e estudantes do território em análise constituíram os estudos de casos com uma tradução da realidade local. Estes estudos de casos serão integrados em uma análise única apoiado no referencial teórico do agir em competência de Schwartz, e as teorias de Redes de Saúde (MENDES, 2011). O relatório final se constituirá em um diagnóstico da realidade do ensino do cenário estudado. A divulgação científica acontecerá em dois momentos, o relatório no site e um artigo acadêmico sobre o

¹ Enfermeiro (a), mestrando (a) do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: vanessanmartino@hotmail.com e leonardo.r.piovesan@gmail.com

² Cirurgiã-dentista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: biancamenna@gmail.com e carol.barwaldt@gmail.com

³ Cirurgiã-dentista, professora adjunta da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Professora do curso de Residência Integrada em Saúde Bucal da UFRGS. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina da UFRGS. E-mail: fabianaspires@gmail.com

⁴ Doutora em Educação. Cirurgiã-dentista, professora do Departamento de Odontologia Preventiva e Social da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação Avaliação de Tecnologias para o Sistema Único de Saúde do Grupo Hospitalar Conceição (MP ATS-SUS/GHC), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: crismwarm@gmail.com



desenvolvimento deste relatório. Propõem-se além de divulgar à equipe de gestão da gerência estudada, divulgá-la a todos os interessados por meio eletrônico, através de um link no site da Secretaria Municipal de Saúde. Para tal, seguirá os trâmites administrativos com apresentação da proposta para a responsável pela gerência de saúde estudada, aprovação da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), na figura do coordenador da Atenção Primária do município, por fim, encaminhado ao responsável pela hospedagem do site da Prefeitura Municipal.

Referências

DUSSAULT, G. A gestão dos serviços públicos de saúde: características e exigências. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 8-19, 1992.

MENDES, E. V. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

Resumos expandidos - Comunicação Oral

BOLETIM INFORMATIVO DA INTEGRAÇÃO ENSINO-SAÚDE NA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE/RS

Caroline Konzgen Barwaldt¹

Bianca Menna Alvez Ruiz Dias¹

Vanessa Martino²

Leonardo Rodrigues Piovesan²

Fabiana Schneider Pires³

Cristine Maria Warmling⁴

Para fortalecimento das Redes de Atenção à Saúde Bucal (RASB) são necessárias formas de organização que permitam a articulação dos serviços existentes. A integração ensino-serviço e a Educação Permanente em Saúde (EPS) devem ser planejadas entre os serviços e instituições formadoras. Para apoiar ações de EPS propõe-se Boletins Informativos, produtos do Mestrado Profissional Ensino na Saúde/UFRGS, divulgando os resultados da pesquisa ‘Avaliação de redes integradas de atenção e ensino na saúde do SUS’ (financiamento CNPq). Os Boletins Informativos são ferramentas para integrar informações de forma simples e concisa. O objetivo é divulgar os resultados de pesquisa qualitativa sobre os efeitos da Integração Ensino-Saúde no estágio de desenvolvimento da RASB em Porto Alegre. Os grupos focais realizados nas oito gerências distritais do município, no período de março a abril de 2018, proporcionaram material de análise para a redação dos boletins no formato de estudos de casos, trazendo dados das entrevistas com falas dos participantes. Os Boletins Informativos serão divulgados de forma digital e hospedados no site da Secretaria Municipal de Saúde. Atividades de EPS serão desenvolvidas nos distritos com os boletins. Os participantes da pesquisa foram profissionais da saúde bucal, gestores, usuários, docentes e discentes. As categorias analíticas utilizadas foram: elementos (população, APS, atenção secundária e terciária, sistemas de apoio, logística, governança e modelos de atenção à saúde) e dimensões reflexivas (unidades mínimas, conectividade, integração, normatividade e subjetividade). As práticas discursivas demonstram como a integração ensino-saúde orienta a constituição das redes. O acesso à rede é realizado por meio de protocolos e sistema informatizado. Participantes do estudo reconhecem que os estágios nas Unidades de Saúde produzem projetos que contribuem para a territorialização e humanização do acesso dos usuários. Discentes são reconhecidos como movimentadores das informações na RASB e a Universidade como um ponto dessa rede. As reuniões distritais de saúde bucal produzem ações de EPS. Os processos de transformação curricular têm ampliado projetos de integração entre as redes de atenção e de ensino. A divulgação ‘do que fazem e pensam’ os atores envolvidos na integração ensino-saúde através dos

¹Cirurgiã-dentista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: biancamenna@gmail.com e carol.barwaldt@gmail.com

²Enfermeiro (a), mestrando (a) do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: vanessanmartino@hotmail.com e leonardo.r.piovesan@gmail.com

³Cirurgiã-dentista, professora adjunta da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Professora do curso de Residência Integrada em Saúde Bucal da UFRGS. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina da UFRGS. E-mail: fabianaspires@gmail.com

⁴Doutora em Educação. Cirurgiã-dentista, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação Avaliação de Tecnologias para o Sistema Único de Saúde do Grupo Hospitalar Conceição (MP ATS-SUS/GHC), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: crismwarm@gmail.com



boletins informativos deverá apoiar o fortalecimento do processo nas gerências. Além disso, o boletim poderá servir de disparador para ações de EPS nas reuniões de saúde bucal.

Resumos expandidos - Comunicação Oral

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NOS PROCESSOS FORMATIVOS NA ATENÇÃO BÁSICA

Michele Neves Meneses¹

Ramona Fernanda Ceriotti Toassi²

O trilhar da Educação Popular em Saúde vem se desenhando há muito tempo, por meio de ações desenvolvidas pelos movimentos sociais, profissionais da saúde, bem como durante a construção e efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS). Em outubro de 2013, o Programa de Qualificação em Educação Popular em Saúde (BRASIL, 2013) vem para sensibilizar e qualificar profissionais da saúde quanto à educação popular. O objetivo desta pesquisa de Mestrado Profissional é compreender o significado da experiência de formação no Curso de Aperfeiçoamento Educação Popular em Saúde (EdPopSUS) para Agentes Comunitários de Saúde (ACS), no extremo Sul do Brasil. Trata-se de estudo de abordagem qualitativa (estudo de caso), realizado com ACS e gestores da cidade e do curso, sobre o significado da experiência do EdPopSUS. Foram convidados a participar da pesquisa todos os 35 educandos que finalizaram o curso, em 2017, além dos gestores envolvidos. O método de amostragem utilizado foi o da saturação. A coleta de dados ocorreu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas individuais, da análise das cartas de expectativas inicial e final de cada educando e do material didático do curso. O material textual das entrevistas foi interpretado pela análise de conteúdo de Bardin (2011) com o apoio do software ATLAS.ti. Como resultado parcial tem-se que o curso trouxe aprofundamento de conhecimentos no âmbito da Promoção e Educação em Saúde, práticas fundamentais para os trabalhadores da Atenção Básica. É uma formação que tem evidenciado a importância dos saberes populares e ancestrais no diálogo com as comunidades, aproximando os profissionais com ‘olhares’ mais atentos à saúde e à vida. Traz aspectos das práticas integrativas, populares e complementares em saúde, expressas nas práticas de cuidado e ratificando que todos somos cuidadores em saúde e, portanto, tecedores na produção de conhecimentos compartilhados e na constituição de sujeitos e atores políticos no campo da saúde. Ainda, faz um resgate da importância dos profissionais da Atenção Básica, em especial aos ACS, para a consolidação do SUS. Como produto da pesquisa será produzido um material didático-instrucional na forma de fanzine para divulgar a política de educação popular em saúde e principais resultados da pesquisa para os trabalhadores em saúde e comunidade em geral. Também será produzida uma mídia virtual para disseminação do conhecimento na forma de vídeo institucional para divulgação da Política de Educação Popular em Saúde e EdPopSUS. A pesquisa mostrou a importância de aprendizagens com metodologias ativas e participativas, que incluem os saberes populares em todo processo do aprender, e, que, vem contribuindo significativamente com novos elementos para a implantação da PNEPS-SUS, pois sabe-se que a qualificação profissional dos trabalhadores do SUS é um componente fundamental no processo de transformação qualitativa dos serviços de saúde pública no Brasil.

¹ Enfermeira na Prefeitura Municipal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. Articulação Nacional de Movimentos e Práticas em Educação Popular e Saúde – ANEPPS/MOPS. Educadora Popular em Saúde. Especialista em Abordagem Multidisciplinar em Dependência Química. Especialista em Educação Permanente em Saúde. Especialista em Vigilância Ambiental em Saúde. Especialista em Gestão em Saúde Pública. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: michelelmeneses22@gmail.com

² Cirurgiã-dentista. Doutora em Educação. Professora associada do Departamento de Odontologia Preventiva e Social da Faculdade de Odontologia e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: ramona.fernanda@ufrgs.br



Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS**. Brasília: Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, 2013.

Resumos expandidos - Comunicação Oral

PRODUTO TÉCNICO EM CONSTRUÇÃO: TREINAMENTO AOS PROFISSIONAIS DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DO SAMU/RS (CR/SAMU/RS) PARA QUALIFICAÇÃO DO SUS

Andréa Cristiane da Silva Pinheiro¹

Danilo Blank²

Este produto técnico começou a ser elaborado em outubro de 2017, como parte do projeto para o Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde da UFRGS. Tem o objetivo de descrever a percepção dos profissionais da Central de Regulação do SAMU/RS acerca de suas competências (atividades meio) nas ações de sua prática de trabalho. A CR/SAMU/RS possui um atendimento diferenciado das demais centrais do Brasil, considerando que possui o profissional enfermeiro atuando conjuntamente com os demais integrantes discriminados na portaria ministerial 2048/2002, o regulamento técnico dos sistemas estaduais de urgência e emergência no país. A regulação da assistência à saúde aos 497 municípios gaúchos regionalizados e pactuados pela Comissão Intergestores Regional e pela Comissão Intergestores Bipartite é feita por cinco centrais de regulação: Estadual (abrange pelo atendimento primário uma população de 7.325.921 habitantes nos 256 municípios com ambulâncias no Programa SAMU 192, mais os 222 municípios que não possuem os veículos do SAMU, através dos atendimentos secundários); Bagé (abrange uma população de 183.204 habitantes em cinco municípios); Caxias do Sul (abrange uma população de 534.787 habitantes em dois municípios); Pelotas (abrange uma população de 615.384 habitantes em 11 municípios); e Porto Alegre (abrange somente a sua cidade com uma população de 1.472.482 habitantes). Elas se inter-relacionam sempre que necessário para discussão de casos e resolutividade nos encaminhamentos dos pacientes da melhor maneira possível. Na CR/SAMU/RS atuam 13 enfermeiros, 23 médicos, 42 telefonistas auxiliares de regulação médica (TARM) e 17 rádios operadores (RO). A pesquisa é qualitativa, observacional e exploratória (observação participante), por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas. O critério de inclusão foi o tempo de vinculação à CR/SAMU/RS, tendo sido instituídos dois grupos de entrevistados: profissionais com mais de dois anos em atividade e aqueles com menos de dois anos, perfazendo um total de 16 profissionais (04 telefonistas, 04 rádio operadores, 04 enfermeiros e 04 médicos). Através da análise de conteúdo de Bardin, estão sendo estudados a experiência profissional, os discursos e saberes de cada profissional, e os resultados estão sendo comparados com a literatura sobre a construção das competências nas atividades laborais. O produto técnico que está sendo construído é um Manual de Competências Profissionais e Colaborativas da CR/SAMU/RS. As principais dificuldades encontradas até esta fase da pesquisa são o grande número de exonerações da equipe médica, dificultando a retirada deste profissional para entrevistas in loco (mesmo no seu intervalo), sobrecarga de trabalho do médico regulador, a incerteza na contratação dos servidores terceirizados (TARMs e ROs) gerando desmotivação inclusive para participação de treinamentos e pesquisas e a insatisfação geral dos profissionais neste período pré-eleitoral. Com o levantamento de dados das entrevistas constata-se que podemos formular pelo menos mais um produto técnico: a elaboração de um treinamento aos profissionais que atuam no serviço, para uniformidade das ações e melhora na qualidade da assistência aos usuários do SUS.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: nursepinheiro@gmail.com

² Professor titular do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: blank@ufrgs.br

Resumos expandidos - Comunicação Oral

O “SUSINHO” – PERSONAGEM PARA ESTIMULAR A APRENDIZAGEM SOBRE O SUS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Margit Elena Theisen¹

Roger dos Santos Rosa²

Marta Regina Mueller³

Liliane Dreyer da Silva Pastoriz¹

Bruno Luís de Oliveira Martins⁴

Leonardo Thomaz Sauter⁵

Radharani Malheiros Mendes⁴

Descreve-se a experiência de um projeto de extensão universitária aninhado no trabalho de conclusão de Mestrado Profissional denominado Tópicos sobre o Sistema de Único de Saúde (SUS) para alunos do Ensino Fundamental. Trabalhar com técnicas criativas e promover a utilização da ludicidade em processos pedagógicos com crianças, incluindo uma personagem indutora e promotora do estudo sobre o SUS, o “SUSinho”, pode facilitar o ensino no ambiente escolar (ALMEIDA et al., 2011; OLIVEIRA, 2010). O objetivo foi estimular a aprendizagem sobre o SUS para alunos do Ensino Fundamental, ocorreu de março a julho de 2018 na Escola Estadual de Ensino Fundamental Gaspar Bartholomay, em Santa Cruz do Sul-RS. As práticas educativas foram organizadas para 133 alunos de 6 turmas do Ensino Fundamental (2 turmas de manhã e tarde do 3º ao 5º ano) com docente único por turma. As aulas foram ministradas por uma mestranda do PPG Ensino na Saúde/UFRGS e docentes da escola uma vez por semana (50 minutos por turma em 18 aulas), totalizando 108 horas/aulas. A intervenção em sala de aula ocorreu com utilização de recursos didáticos ludo-pedagógicos como jogos, história em quadrinhos, caça-palavras, enigma, vídeos, desenhos e canções. As atividades foram registradas em caderno de campo. As avaliações aconteceram de forma observacional, processual e contínua durante a execução do projeto, além das avaliações individuais (discente/docente) em planilha específica referente aos temas e conteúdos desenvolvidos, a serem considerados como Fácil, Médio ou Difícil. Desenvolveu-se uma personagem denominada “SUSinho”. Solicitou-se a alunos e docentes que escrevessem até três palavras (positivas e negativas - sugeridas e escritas no quadro) sobre o sentimento de interação e/ou afeição com a personagem. Foram avaliados os conhecimentos adquiridos em uma gincana (22 questões) que reuniu conjuntamente as turmas da manhã e as da tarde. A média de faltas por aula foi de 1,1 de alunos/turma. Acerca dos conteúdos e recursos lúdico-pedagógicos, 129 alunos realizaram a avaliação (80,4% consideram fácil; 16,2% médio e 3,4%

¹ Mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: margit-theisen@saude.rs.gov.br e lilianedreyer@mprs.mp.br

² Professor do Departamento de Medicina Social da UFRGS, professor orientador do Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva e do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Coordenador do Programa de Extensão e Pesquisa em Saúde Urbana, Ambiente e Desigualdade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: roger.rosa@bcb.gov.br

³ Especialista em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde, Servidora Pública da Secretaria Estadual de Saúde, Rio Grande do Sul, Brasil.

⁴ Graduando em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Assistente de Coordenação do Curso de Especialização em Saúde Pública da UFRGS, Rio Grande do Sul, Brasil. Participa do Programa de Extensão e Pesquisa em Saúde Urbana, Ambiente e Desigualdades da UFRGS.

⁵ Graduando em Matemática - Licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Participa do Programa de Extensão e Pesquisa em Saúde Urbana, Ambiente e Desigualdades na UFRGS, Rio Grande do Sul, Brasil.

difícil) e 6 docentes (76,8% fácil; 20,3% médio e 2,9% difícil). Acerca da personagem “SUSinho”, 121 alunos avaliaram dos quais 94,8% positivamente. As palavras mais citadas foram “show”, “legal”, “ótimo”, “maravilhoso”, “muito bom”, “sensacional”. Avaliaram negativamente 5,2% com palavras “chato”, “não gostei”, “ruim”. Todos os docentes avaliaram positivamente. As palavras mais citadas foram “show”, “bom”, “muito bom”, “legal” e “maravilhoso”. Participaram da gincana 126 alunos em dois grupos. No primeiro (n=64), obteve-se 95,5% de acertos e no segundo (n=62) 100%. Alunos e docentes demonstraram interesse no tema bem como conheceram a importância do SUS na vida dos usuários. A criação e a utilização da personagem “SUSinho” alcançou resultados além do esperado, fato que demonstra a importância do lúdico nas associações para aprendizagem de assuntos, por vezes, de difícil compreensão para crianças em idade escolar. Todas as avaliações instrumentalizaram e apoiaram as dinâmicas de ensino em que os sujeitos envolvidos puderam se expressar e desenvolver seu senso crítico e, ao mesmo tempo, validar o processo de ensino-aprendizagem construído. A proposta teórico-metodológica foi exitosa. Pode ser considerada em futuras proposições de ensino. A ludicidade é fator que contribui para tornar as ações educativas um caminho mais promissor e enseje modalidades de práticas semelhantes e incentivadoras para sua continuidade.

Referências

ALMEIDA, T. et al. A utilização da corporeidade e ludicidade como ferramentas nas práticas educativas de saúde: um relato de experiência. **CARPE DIEM: Revista Cultural e Científica do UNIFACEX**, Natal, v. 9, n. 1, p. 1-9, 2011.

OLIVEIRA, J. R. **O prazer de aprender brincando**. Universidade de Cândido Mendes. Niterói, 2010. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/N203980.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2018.

Resumos expandidos - Comunicação Oral

CONSTRUÇÃO COLETIVA: PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO EM QUIMIOTERAPIA

Daniela Cristina Ceratti Filippon¹

Denise Bueno²

O Ministério da Saúde (MS), através da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (BRASIL, 2007), propõe a estratégia de mudança das práticas de formação, atenção e gestão na saúde. Guiada por esta política pública e buscando atender como rede de apoio às necessidades de conhecimentos sobre a diversidade de tratamentos e protocolos antineoplásicos, surgiu em 2016, a consultoria de Enfermagem Oncológica - Quimioterapia, realizada pelas enfermeiras do ambulatório de quimioterapia do HCPA para as unidades de internação. O objetivo deste estudo foi avaliar as consultorias realizadas por este serviço desde sua criação, propondo uma ação educativa a partir dos dados encontrados no mesmo. Trata-se de um estudo de caráter exploratório-descritivo, onde se realizou uma análise dos dados retrospectivos das consultorias de Enfermagem Oncológica – Quimioterapia, desde sua criação até maio de 2018, completando dois anos de coleta. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do HCPA. Nos dois anos de funcionamento deste serviço foram realizadas 92 solicitações de consultoria, 91% destas foram atendidas e 8% foram repetidas ou erradas. O tempo de resposta em 78% dos casos ocorreu em até 3h. Os principais motivos de requisição das consultorias foram: ordem infusional (66%), orientação de cuidados (18%) e punção de portocath (12%). As condutas realizadas foram: orientações através do computador (64%), presenciais na unidade de internação (22%) e através do telefone (14%). As especialidades que se destacaram foram: a Oncologia (63%) e da Hematologia (25%). A partir dos dados encontrados foi construída uma proposta de ação educativa para suprir as necessidades encontradas através dos principais motivos de solicitação de consultoria. Observou-se uma progressão de conhecimentos após a aplicação do instrumento de avaliação da ação. O presente estudo espera contribuir na análise de que uma ação de educação permanente em saúde neste contexto potencializa o serviço prestado quando aplicado de forma contínua e dialógica.

Referências

BRASIL. **Portaria GM/MS no 1.996, de 20 de agosto de 2007.** Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília, 2007.

¹ Enfermeira, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: danielafilippon@yahoo.com.br

² Farmacêutica. Professora associada IV do Departamento de Produção e Controle de Medicamentos da Faculdade de Farmácia. Professora permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina e Assistência Farmacêutica da Faculdade de Farmácia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: denise.bueno@ufrgs.br

Resumos expandidos - Comunicação Oral

INSERÇÕES DA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NO COTIDIANO DAS PESSOAS: UMA HISTÓRIA DE VIDA

Sabrina Lacerda da Silva¹

Carmen Lucia Bezerra Machado².

O presente trabalho é um dos produtos oriundos da dissertação de mestrado intitulada Inserções da urgência e emergência no cotidiano das pessoas: uma história de vida. O vídeo compila imagens da minha trajetória profissional como socorrista do SAMU cansada de encontrar crianças engasgadas sem vida e mães desesperadas. Ou, idosos com fraturas de fêmur durante as madrugadas, porque suas casas estão cheias de tapetes e dormem sem nenhuma luz de apoio para enxergar nas caminhadas até o banheiro. Então pendurei o macacão e embarquei numa viagem sem volta para o universo da educação. Mas não num movimento tradicional, verticalizado. Mas, sim horizontal, onde os processos de ensino e aprendizagem fluem como mares que vão e vem. As imagens que compõem o vídeo são uma pequena parcela das atividades de ensino na saúde que realizei. Nessas ações descobri que não consigo separar o fazer educação do fazer enfermagem e num evento uma professora de dança me denominou Educandeira, aceitei o termo. Pois é o que sou uma educadora enfermeira. Sendo assim, espero que esse vídeo sensibilize outros enfermeiros, assistentes sociais, fisioterapeutas, odontólogos entre outros profissionais da saúde que dentro dos seus cotidianos extrapolam a assistência e embarque na educação. Num processo comprometido ensinar e aprender. Sempre com o cuidado de garantir a dignidade humana.

¹ Enfermeira emergencista do Serviço Móvel de Atendimento Móvel Urgência. Integrante do Grupo de Estudos de Atenção à Saúde em Desastres e Eventos de Massa (GEASDEM). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: binalacerda79@gmail.com

² Professora Titular de Sociologia da Educação do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: carmen.machado@ufrgs.br

Resumos expandidos - Comunicação Oral

EFETIVIDADE DA TERAPIA COM LASER DE BAIXA DOSE PARA O TRATAMENTO DA MUCOSITE EM PACIENTES ONCOLÓGICOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA E METANÁLISE

Fernando Anschau¹

Jacqueline Webster

Marcelo Eduardo Zanella Capra

André Luis Ferreira de Azeredo da Silva

Airton Tetelbom Stein²

Um dos efeitos adversos da terapia anticâncer é a mucosite oral (MO) que apresenta complicações relevantes na qualidade de vida, como dor e dificuldades nutricionais. A laserterapia de baixa dose (LLLT) é uma das intervenções profiláticas e terapêuticas para a MO. O objetivo deste trabalho foi investigar a efetividade da LLLT no tratamento curativo da MO em pacientes em oncoterapia. Uma revisão sistemática com metanálise foi realizada nas bases de dados Medline, Embase, Cochrane Library de acordo com as diretrizes do PRISMA é usada para identificar ensaios clínicos randomizados, com grupo controle, sobre MO provocada em pacientes durante e/ou após oncoterapia e a abordagem terapêutica se deu com LLLT, cujos comprimentos de onda estavam entre 632 e 970 nm. O protocolo desta revisão sistemática foi registrado no site <https://www.crd.york.ac.uk/PROSPERO>, a priori. Foram encontrados cinco estudos clínicos randomizados com um total de 315 pacientes, com metodologia adequada. Houve uma redução de 62% no risco de MO nos pacientes que receberam LLLT em comparação com o grupo controle (RR=0.38 [95% IC, 0.19 a 0.75]). Quando analisamos em subgrupos, o RR nos estudos com adultos foi de 0.28 (IC 0.17 a 0.46) e de 0.90 (IC 0.46 a 1.78) nos estudos com crianças e adolescentes. Identificou-se um pequeno número de estudos com a abordagem terapêutica da LLLT na MO, o que pode trazer limitações aos resultados, nossa metanálise demonstrou que a estratégia de tratamento é efetiva em pacientes adultos.

¹ Médico, professor da Escola de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), membro do Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde (NATS) da Gerência de Ensino e Pesquisa do Hospital Nossa Senhora da Conceição (GHC) e representante suplente do GHC na Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde. E-mail: afernando@ghc.com.br

² Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Professor Titular de Saúde Coletiva da UFCSPA, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Resumos expandidos - Comunicação Oral

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO DISPOSITIVO DE CUIDADO NO FAZER SAÚDE

Alana Hoffmeister¹

Fabiana Schneider Pires²

Este trabalho relata a experiência vivenciada por um grupo de pais/responsáveis de crianças com dificuldades de aprendizagem que participaram do Projeto de Educação e Ação Social no município de São Leopoldo, em 2014. O Grupo foi iniciado como um espaço onde os participantes (com idades entre 25 e 67 anos) poderiam falar sobre suas expectativas, sentimentos relacionados aos filhos, medos, entre outras coisas. Após encontros no formato de roda de conversa, os pais/responsáveis demonstraram interesse por outras formas de vivenciar aquele grupo. A partir da demanda do grupo os encontros passaram a ter um novo formato, desta vez, no laboratório de informática do projeto. Essa ação efetiva de vontade de mudança e de devir fez com que o grupo escolhesse o caminho das tecnologias e através disso pudessem dar novo movimento a essa experiência. Pode-se compreender essa desconectividade/ruptura como um movimento de reconexão no qual as coisas começaram a fazer mais sentido no e para o grupo, emergindo novas formas e daí dar continuidade ao processo de aprendizagem. Foram 9 encontros com o uso de tecnologias, dentre elas: Filmes do Youtube; Facebook; Word2007; Cinema. O primeiro contato dos pais/responsáveis com as tecnologias evidenciou as dificuldades relacionadas a esse uso: ligar o computador, utilizar o teclado ou digitar. A partir destes momentos foi então acontecendo um aprendizado coletivo, ao ritmo de cada um e do coletivo, por vezes mais lento e por vezes muito dinâmico. Essa aprendizagem, que a princípio era algo que todos sabiam fazer, foi uma tarefa de vários encontros. A estratégia de educação para aproximar os adultos das tecnologias de comunicação e informação foi desenvolvendo-se à medida que as dificuldades surgiam, naquele grupo e nos encontros: colando no teclado papeizinhos para mostrar os comandos do teclado, aumentando a letra, ajustando o espaço entre uma palavra e outra, criando um e-mail e perfil no Facebook. Dentre as atividades propostas de aprendizagem estavam: encontrar conhecidos e parentes no Facebook e adicioná-los; tirar fotografias e anexar ao perfil no Facebook, criar um grupo coletivo no Facebook do grupo Sala de Espera (que passou a ser Grupo da Família). Alguns com mais dificuldade na escrita, por não terem sido alfabetizados, ficaram com tarefa das fotografias e foram auxiliados pelos outros participantes. Em relação a essa aprendizagem, foi possível identificar e tornar claro para muitos as dificuldades a partir do aprender novas habilidades com os primeiros contatos com as tecnologias e que estas poderiam ser as dificuldades vivenciadas pelos filhos na escola. Da mesma forma foi um desafio para a profissional envolvida com o grupo deparar-se com as demandas que uma prática coletiva e problematizadora de educação e saúde requer: a educação em saúde como processo político pedagógico, pois são atitudes e movimentos que exigem o desenvolvimento de um pensar crítico e reflexivo, permitindo enxergar a realidade e propor ações transformadoras que levem o indivíduo à sua autonomia e emancipação como sujeito histórico e social, capaz de propor e opinar nas decisões de saúde para cuidar de si, de sua família e de sua coletividade e foi possível identificar isso por meio da interação do grupo e das atividades desenvolvidas.

¹ Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS. E-mail: alanahoffmeister@gmail.com

² Professora do Departamento de Odontologia Preventiva e Social da Faculdade de Odontologia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS. E-mail: fabianaspires@gmail.com

Resumos expandidos - Comunicação Oral

COMPREENDENDO OS FENÔMENOS DA RETENÇÃO E EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM ODONTOLOGIA: ESTUDO DE CASO EM CURSO NOTURNO

Juliana Maciel de Souza Lamers¹

Ramona Fernanda Ceriotti Toassi²

Este relato apresenta resultados e desdobramentos de pesquisa desenvolvida no percurso do Mestrado Profissional Ensino na Saúde, tendo como objeto de estudo o curso noturno de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em 2010 a universidade iniciou o curso noturno com a mesma carga horária do curso diurno, distribuída em 16 semestres e pretendendo acolher o estudante trabalhador. Este novo curso foi implementado em um contexto de importantes mudanças na educação superior, com ampliação de vagas nas universidades federais e mudanças na forma de ingresso dos estudantes. Entendendo que o êxito acadêmico não se restringe ao acesso à vaga, passando também pela permanência no curso e sua conclusão, o objetivo da pesquisa foi analisar a trajetória acadêmica do estudante do curso noturno de Odontologia da UFRGS, por meio da caracterização do perfil do estudante, situação acadêmica e compreensão dos fenômenos da retenção e evasão no período de 2010 a 2014. Trata-se de estudo de caso, cuja coleta de dados envolveu a aplicação de questionários semiestruturados para caracterizar o perfil sociodemográfico dos ingressantes, motivos de opção e expectativas em relação ao curso (n=118); análise do histórico escolar para verificar a situação acadêmica dos estudantes (n=121); entrevistas semiestruturadas com estudantes em situação de retenção e evasão e com professores de disciplinas do curso em que houve reprovação (n=24). Dados objetivos foram analisados pela distribuição de frequências (software IBM SPSS Statistics). Já os qualitativos foram interpretados pela análise temática de conteúdo de Bardin (software ATLAS.ti). Pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade. O perfil do estudante que ingressou no curso noturno, em sua maior parte, é de jovens, mulheres, solteiros, com formação básica em escola pública e que trabalha. Sentiam-se seguros pela escolha profissional e tinham como expectativas em relação ao curso encontrar 'uma formação qualificada', 'realização profissional' e 'realização pessoal/de sonho/vocação'. Sobre a situação acadêmica, 40,4% dos estudantes encontrava-se fora da seriação aconselhada (retenção), principalmente por reprovação ou associação entre reprovação e trancamento de matrícula. O percentual de evasão foi de 19,9% e a maioria dos estudantes que saiu do curso noturno optou para seguir o curso diurno da mesma instituição. Estudantes e professores perceberam a evasão e retenção vinculados a aspectos voltados à chegada e adaptação do estudante no curso, conciliação entre estudo e trabalho, vivências de sala de aula, processo de avaliação das aprendizagens, instituição de ensino superior (organização de horários, matrícula anual, integração entre curso diurno e noturno) e ao tempo de duração do curso. Os resultados foram divulgados em artigo científico (LAMERS; SANTOS; TOASSI, 2017), no formato de relatório técnico para a Comissão de Graduação do curso, direção e chefia de Departamentos, na Semana Acadêmica da Faculdade de Odontologia e eventos nacionais. A partir desta pesquisa, o curso de Odontologia foi inserido no Programa de Apoio à Graduação da UFRGS para melhorar a graduação e reduzir evasão e retenção. Neste projeto foram desenvolvidas ações de reforço acadêmico em disciplinas com maior percentual de reprovação, ações de inovação pedagógica e mudanças no cálculo de vagas necessárias para a oferta das disciplinas obrigatórias, além da continuidade do acompanhamento discente. Estratégias para promover a permanência dos estudantes no curso noturno até sua conclusão devem ser estimuladas.

¹ Pedagoga. Técnica em Assuntos Educacionais da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Doutoranda do PPG em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina da UFRGS. E-mail: juli.desouza@ufrg.br

² Cirurgiã-dentista. Doutora em Educação. Professora associada do Departamento de Odontologia Preventiva e Social da Faculdade de Odontologia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: ramona.fernanda@ufrg.br



Referências

LAMERS, J. M. S.; SANTOS, B. S.; TOASSI, R. F. C. Retenção e evasão no ensino superior público: estudo de caso em um curso noturno de odontologia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.33, p. e154730, 2017.

Resumos expandidos - Comunicação Oral

INCIDÊNCIA DE SÍNDROME DE REALIMENTAÇÃO EM PACIENTES COM PRESCRIÇÃO DE NUTRIÇÃO PARENTERAL EM UM HOSPITAL PÚBLICO DE PORTO ALEGRE

Ana Paula Corrêa Meira¹

Flávia Moraes Silva²

A síndrome de realimentação (SR) caracteriza-se por um distúrbio severo de eletrólitos acompanhado de anormalidades metabólicas em pacientes com desnutrição grave, jejum prolongado e/ou etilista, quando introduzido suporte nutricional. Este estudo avaliou a incidência de SR em pacientes com prescrição de nutrição parenteral (NP) em um hospital público de Porto Alegre/RS. Realizou-se estudo de corte histórica envolvendo adultos com prescrição de NP do Hospital Nossa Senhora da Conceição acompanhados pela equipe de Terapia Nutricional em 2016 e 2017 e aprovado pelo Comitê de Ética da Instituição. Foram coletados do prontuário médico e da ficha de acompanhamento dos pacientes em NP dados referentes à internação, à prescrição da NP e ao estado nutricional, além de dados sociodemográficos e parâmetros laboratoriais. Risco de SR foi determinado a partir do índice de massa corporal (IMC), tempo de jejum anterior a NP e concentrações séricas reduzidas de eletrólitos. A SR foi definida a partir da presença de hipofosfatemia, hipomagnesemia e/ou hipocalcemia nas primeiras 72h após o início da NP. Pacientes com SR foram comparados àqueles sem SR quanto ao aporte calórico recebido nas primeiras 72 horas após início da NP, tempo de jejum pré NP, tempo para atingir alvo nutricional e unidade de internação. As análises foram realizadas no SPSS 20.0. Foram avaliados 234 pacientes (56,53±15,48 anos; 55,7% homens). A maior parte dos pacientes (57,4%) estava em unidade de terapia intensiva (UTI) e 56,6% eram oncológicos. O motivo mais frequente para início da NP foi a intolerância à terapia nutricional oral e/ou enteral em 23,8% dos casos, seguido por presença de fístula entérica ou pancreática em 19,6% dos casos. Risco de SR foi identificado em 47,7% dos pacientes e 36,6% dos pacientes desenvolveram SR. 43% dos pacientes com risco de SR desenvolveram SR em comparação a 57% dos pacientes sem risco de SR ($p = 0,238$). A frequência de pacientes que desenvolveram SR internados em UTI foi superior em comparação àqueles internados em unidades de internação (67,4% versus 32,6%; $p = 0,021$). O aporte calórico (% de adequação calórica ao alvo nutricional) recebido nas primeiras 72h após o início da NP foi superior no grupo com SR em comparação ao grupo sem SR (60,91±9,5% versus 54,81±3,53%; $p = 0,012$), não sendo observada diferença entre os grupos no tempo de jejum pré NP e no tempo para atingir o alvo nutricional. Cerca de metade dos pacientes apresentaram risco de SR e mais de 1/3 desenvolveu SR, sendo esta condição mais comum nos pacientes internados em UTI. A associação positiva entre presença de SR e aporte calórico recebido pelos pacientes nas primeiras 72 horas reforça a necessidade de protocolos para progressão mais lenta da terapia nutricional naqueles em risco de SR.

¹ Médica, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Avaliação e Produção de Tecnologias em Saúde Escola GHC, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: anameira1010@yahoo.com.br

² Professora adjunta do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Professora do Mestrado Profissional em Avaliação de Tecnologias em Saúde do GHC e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da UFCSPA.

Resumos expandidos - Comunicação Oral

AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM SOBRE ADEÇÃO À FARMACOTERAPIA PELOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO SUS PARA OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Marcelo Rodrigues Reser¹

Clécio Homrich da Silva²

Os medicamentos são insumos essenciais em saúde e determinantes para um melhor desfecho no tratamento de um grande número de doenças e agravos à saúde. Pesquisas apontam elevado consumo de medicamentos pela população, aliado à inexistência de prescrições e informações, pode causar problemas à população. Para que ocorra o uso racional de medicamentos é necessário que estes sejam prescritos adequadamente, tenham qualidade e preço acessível ou distribuição gratuita e correta dispensação. Este estudo teve como objetivo promover a adesão à farmacoterapia junto aos pacientes a partir da orientação dos profissionais de saúde. Ao qualificar o profissional de saúde para promover a adesão dos pacientes à farmacoterapia por intermédio de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA); elaborar um curso em AVA; realizar auto avaliação pré-curso e pós-curso pelos participantes e aprimorar o curso a partir das sugestões recebidas. Mediante convite e assinatura do TCLE houve a participação voluntária de alunos do PPG Ensino na Saúde da UFRGS, o curso “Adesão à Farmacoterapia”, ocorreu de 25 de fevereiro a 15 de abril de 2018. Os participantes acessaram as atividades semanais de leitura, postagens em fóruns, acesso a vídeos e links diversos além de realizarem uma avaliação pré e pós curso. Nove dos vinte e quatro participantes interagiram e/ou participaram das atividades referentes ao curso. Na autoavaliação pré-curso, os participantes relataram tanto pouca quanto sólida compreensão sobre adesão à farmacoterapia e fatores que a influenciam. Já o conhecimento sobre a abordagem do tema da adesão junto ao paciente foi informado como baixo. A avaliação pós-curso resultou em sugestões (definição de prazos e maior tempo entre as atividades, melhor disposição e explicação sobre as atividades e mais conteúdo audiovisual). O estudo proporcionou espaço de debate sobre adesão à farmacoterapia de forma crítica e reflexiva, o uso de tecnologias de informação e comunicação facilitou o contato assíncrono e a distância, além de estimular os profissionais a promoverem o autocuidado com os pacientes. As atividades priorizaram a discussão das experiências profissionais, aproximando-se da proposta da educação permanente. A principal dificuldade foi a evasão e a não participação, supostamente influenciada por não motivação, integração social, interesses pessoais, uso de tecnologia e metodologia empregada. As sugestões foram essenciais para o aprimoramento do curso. Atividades de tutoria foram realizadas sem dificuldade. Envolver teoria, prática e experiências valorizou o curso e os assuntos debatidos e, assim, a sua inserção como uma prática em educação permanente de profissionais de saúde.

¹ Farmacêutico, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: reserbr@yahoo.com.br

² Farmacêutico, professor do Departamento de Pediatria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e dos Programas de Pós-graduação de Saúde da Criança e do Adolescente e de Ensino na Saúde - Mestrado Profissional da UFRGS. Preceptor dos Programas de Residência Médica de Pediatria e de Medicina de Família e Comunidade do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: clecio.homrich@ufrgs.br

Resumos expandidos - Comunicação Oral

A INTEGRAÇÃO DO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE COMO PROMOTORA DA HUMANIZAÇÃO/SUS

Mirede Barbosa Krawczyk¹

Ana Célia Teixeira de Carvalho Schneider²

João Luiz Gurgel Calvet da Silveira³

A partir da publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2002) pelo MEC para os cursos da área da saúde, denota-se o desafio de integrar sinergicamente a formação e o cuidado, envolvendo as Instituições de Ensino Superior (IES) e o Serviço de Saúde (SUS), representantes de dois setores estratégicos, sem desconsiderar a comunidade, o terceiro, historicamente excluído dessa relação. Para que esta integração ocorra torna-se necessário fomentar uma compreensão de educação como um processo dialógico, reflexivo, problematizador e emancipatório (CABRAL, 2005; MENEZES; SANTIAGO, 2014). Outra dimensão relevante nessa interface entre o cuidado e a formação em saúde é a Política Nacional de Humanização (BRASIL, 2006) que busca estimular a comunicação entre gestores, trabalhadores e usuários, construindo processos coletivos para humanizar as relações de poder, trabalho afeto ampliando a autonomia e a corresponsabilidade dos profissionais de saúde em seu trabalho e dos usuários no autocuidado (BRASIL, 2013). O presente trabalho é parte de uma dissertação de mestrado profissional em saúde coletiva da FURB, composta por três vídeos que narram a construção participativa de uma política municipal de integração ensino-serviço-comunidade no município de Blumenau, Santa Catarina. No contexto acadêmico os vídeos podem ser considerados produtos inovadores, sendo de grande interesse nos mestrados profissionais. O objetivo do presente trabalho é apresentar a IESC como potencializadora da humanização. As cenas foram obtidas a partir de entrevistas no processo de construção dessa política que contou com cinco eventos preparatórios, culminado com uma conferência municipal. Nesse vídeo, com tempo de duração de três minutos, percebe-se o potencial da IESC na concretização da política de humanização, sendo pautada pela participação ativa dos atores envolvidos, favorecendo o protagonismo nos processos de cuidar, aprender e ensinar, indo ao encontro dos princípios da política de humanização do SUS, a saber: inseparabilidade entre a atenção e a gestão dos processos de produção de saúde, protagonismo, transversalidade e autonomia dos sujeitos.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 3/2002. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 mar. 2002. Seção 1, p. 10.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Cartilha HumanizaSUS: gestão participativa e co-gestão**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CABRAL, A. Pedagogia do Oprimido. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 5, p. 200-204, 2005.

¹ Cirurgiã-dentista estatutária, coordenadora do Programa Amigo Especial de Fazenda Rio Grande, Paraná, Brasil. E-mail: miredek68@gmail.com.

² Assistente Social, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Blumenau, Santa Catarina, Brasil.

³ Professor, pesquisador e extensionista da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Coordenador do Programa de Pós-graduação - Mestrado Profissional em Saúde Coletiva e do projeto Pet-Saúde GraduaSUS da FURB, Blumenau, Santa Catarina, Brasil. E-mail: gurgeljl@gmail.com



MENEZES, M. G.; SANTIAGO, M. E. Contribuição do pensamento de Paulo Freire para o paradigma curricular crítico-emancipatório. **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 45-62, 2014.

Resumos expandidos - Comunicação Oral

ESCOLARIDADE DAS EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE – RS

Fernanda Picetti dos Santos¹

Roger dos Santos Rosa²

Ronaldo Bordin³

Bruno Luís de Oliveira Martins⁴

Leonardo Thomaz Sauter⁵

Este estudo descreve os resultados parciais do trabalho Avaliação de Desempenho como Norteadora das Práticas de Educação nas Equipes de Atenção Primária no município de Porto Alegre – RS que está relacionado à escolaridade dos trabalhadores. Tem como objetivo descrever a escolaridade das equipes de Atenção Primária de Porto Alegre – RS no ano de 2016. A fonte dos dados utilizados foram as avaliações de desempenho dos trabalhadores da Atenção Primária de Porto Alegre vinculados ao Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF). O banco de dados proveniente do resultado das avaliações foi disponibilizado já sem elementos que permitissem a identificação individual dos respondentes. Os dados foram organizados em planilhas no software Microsoft Excel®, por categorias, seguindo a mesma disposição do formulário da avaliação de desempenho. As categorias de escolaridade representam o nível educacional máximo atingido pelo participante. A análise dos dados foi efetuada utilizando estatística descritiva com frequências absoluta e relativa. Foram examinadas 1.288 avaliações de desempenho que representaram 71% do universo possível de trabalhadores do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família. Dos participantes, 1.100 (85,4%) eram do sexo feminino e 188 (14,6%) do sexo masculino. Há 163 (12,7%) trabalhadores com nível superior completo. Os participantes do sexo masculino com educação superior completa (exclusivamente, sem incluir aqueles com ensino médio nem pós-graduação) representaram 19,2% dos homens enquanto as participantes do sexo feminino 11,5% das mulheres. Em relação ao ensino médio completo, o percentual se inverte, visto que as mulheres representaram 66,9% do total das participantes e os homens 58,5% do total do sexo masculino. Possuem mestrado, 6 trabalhadores (0,5% do total e 5,4% dos que possuem algum tipo de pós-graduação). Em relação à especialização, 106 (8,2%) fizeram algum curso desse nível. Dentre os que possuem mestrado, apenas enfermeiros detêm o título e são o maior contingente entre os com especialização. Representam 52,8% dos trabalhadores com especialização enquanto cirurgiões dentista 24,5% e médicos 24,5%. Contudo, cirurgiões-dentistas (56,8%) e médicos (83,3%) possuem proporcionalmente mais profissionais com especialização do que

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: nandapi7@gmail.com

² Médico e Administrador, Doutor em Epidemiologia, professor do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ensino na Saúde e em Saúde Coletiva da UFRGS. Coordenador do Programa de Extensão e Pesquisa em Saúde Urbana, Ambiente e Desigualdade da UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: roger.rosa@ufrgs.br

³ Professor do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

⁴ Graduando em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Assistente de Coordenação do Curso de Especialização em Saúde Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e participa do Programa de Extensão e Pesquisa em Saúde Urbana, Ambiente e Desigualdades da mesma Universidade.

⁵ Graduando em Matemática - Licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Participa do Programa de Extensão e Pesquisa em Saúde Urbana, Ambiente e Desigualdades na UFRGS, Rio Grande do Sul, Brasil.



enfermeiros (52,8%). Em relação à especialização, os trabalhadores que têm de três a quatro anos de instituição representam 35,8% dos que possuem especialização e os que têm de quatro a cinco de instituição 22,6%. Há uma quantidade expressiva de trabalhadores com especialização por existir na instituição um valor salarial relativo a “adicional de especialização” concedido aos que possuem especialização relacionada à Saúde Pública ou à Saúde Coletiva. Há mais enfermeiros trabalhando na instituição do que profissionais de outros cargos o que explica, em parte, o fato desses profissionais representarem a maior parcela daqueles com pós-graduação. É possível que, após assumir um emprego público que lhes conceda estabilidade profissional e financeira, os trabalhadores dediquem-se mais aos estudos e busquem concluir pós-graduação, hipótese ainda a investigar.

Resumos expandidos - Comunicação Oral

A CONSULTA COMPARTILHADA COMO EXPERIÊNCIA DE PRÁTICA PARA A DOCÊNCIA NO MESTRADO PROFISSIONAL

Ana Flávia Mariano Bailone Alvares Leite¹

Gessiane Keila Ignatowicz Pasquali²

Deisi Maria Vargas³

Segundo a Portaria nº17 de 2009 (BRASIL, 2009), o mestrado profissional é uma Pós-Graduação *stricto sensu* que habilita o profissional-aluno para atender demandas do mercado de trabalho. O Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva da FURB (FURB, 2015) enfatiza o trabalho interdisciplinar objetiva qualificar profissionais da área da saúde para o serviço, ensino e pesquisa a partir da construção histórica do campo da Saúde Coletiva e das políticas de Estado para a Saúde. Dentre as disciplinas do programa, o Estágio em Docência visa capacitar o profissional para a docência no ensino superior, nas atividades teóricas, experimentais ou práticas, com a supervisão do professor. Este trabalho relata a experiência na prática para a docência no ensino superior realizado com acadêmicos da 9ª fase de Medicina no 1º semestre de 2018, na disciplina Internato em Medicina Família e Comunidade – Pediatria, no ambulatório da Fundação Hospitalar de Blumenau Hospital Santo Antônio. As ações de saúde desenvolvidas foram direcionadas a crianças, adolescentes e suas famílias com Diabetes Mellitus Tipo I, Obesidade, Hipotireoidismo, Hipertireoidismo, entre outros. A metodologia adotada foi a consulta compartilhada projetando a aplicação do aprendizado alcançado ao longo do mestrado profissional: educação interprofissional e prática colaborativa. A consulta compartilhada possibilita a comunicação transversal entre diferentes profissionais da saúde a partir de abordagens diversas com uma clínica ampliada e com manejo eficiente da queixa/doença das pessoas. As consultas aconteciam semanalmente com crianças ou adolescentes de faixa etária variada, no ambulatório referido, em grupos de dois ou três alunos. Para o uso da estratégia, além do planejamento por parte do mestrando, a discussão dos casos que seriam atendidos era realizada com os acadêmicos e com o professor. Ao final de todos os atendimentos novamente discutiam-se caso a caso, favorecendo a comunicação, colaboração e unificando a conduta e acesso de todos às informações. Em consultas compartilhadas o diagnóstico multidimensional é o resultado esperado, sem ultrapassar as funções e responsabilidades de cada profissão. Nosso posicionamento foi direcionado às subjetividades, baseada na escuta das famílias da qual puderam surgir novas demandas e com isso o ensino e a aprendizagem de forma ativa da integralidade em saúde. A experiência possibilitou a compreensão e apropriação dos ciclos de vida e as necessidades de saúde das crianças e adolescentes; atitude, postura e ação em mediar conflitos com discentes, equipe e familiares; promoção de múltiplas aprendizagens, exercício colaborativo e reflexões éticas sobre a atuação profissional, permitindo o aprendizado do coletivo na vivência e não somente no seu conceito. Contribuiu para reforçar o papel acadêmico e social da universidade, para a formação profissional dos graduandos e pós-graduandos através da articulação entre as políticas de educação e saúde, promovendo interação entre o ensino, serviço e comunidade, o que requer um esforço permanente para a reconfiguração dos espaços de ensino-aprendizagem.

¹ Enfermeira, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Mestrado Profissional da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina, Brasil. E-mail: analeite.enfermeira@yahoo.com.br

² Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Mestrado Profissional da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina, Brasil. E-mail: gessiane-pasquali@hotmail.com

³ Médica, docente no curso de graduação em Medicina (FURB) e no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Mestrado Profissional da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina, Brasil.



Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB). **Resolução nº 020/2015, de 12 de maio de 2015.** Aprova o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, em nível de Mestrado Profissional, da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB. Blumenau, 2015.

Resumos expandidos - Comunicação Oral

SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sabrina Lacerda da Silva¹

Em algum momento de desespero na vida, todos já flertaram com o suicídio. O suicídio é um ato consciente visto como única solução para resolver uma dor psicológica insuportável (RIBEIRO et al., 2018). Durante a história da humanidade existem registros sobre o comportamento suicida. No antigo Egito foi escrito o poema Diálogo de um desesperado com sua alma (MARCUS, 2014). Na Grécia antiga existiam relatos sobre suicídio, já para o cristianismo era considerado um ato injusto (KOHLRAUSCH, 2012). Essa autora, complementa que na idade média os suicidas eram arrastados pelas cidades e enterrados em território não santo. Nesse mesmo estudo, refere como comportamento suicida os pensamentos e os atos que assinalam a ideação, risco, planejamento e a tentativa de suicídio. A adolescência é um momento de muitas transformações psicológicas e biológicas que podem gerar sofrimentos (BATISTA; MARANHÃO; OLIVEIRA, 2018). Para o adolescente cada problema sem solução gera um grande sofrimento, aproximando ele do comportamento suicida. O comportamento suicida no adolescente é determinado na maioria das vezes pelas condições de vulnerabilidades sociais, individuais ou programáticas (ALVES; CADETE, 2015). Diante o exposto sobre suicídio e a relação com adolescência torna-se importante discutir o tema com pessoas envolvidas no cuidado e educação dessa faixa etária. O presente trabalho tem por objetivo relatar a palestra Suicídio na Adolescência. No dia 30 de agosto de 2018, foi realizada a palestra Suicídio na Adolescência evento organizado pelas professoras das turmas de Psicologia Educação: Adolescente da Faculdade de Educação UFRGS. Estiveram presentes as regentes envolvidas e oitenta alunos de diferentes licenciaturas da universidade, além de pessoas de outras instituições. Para a construção da atividade realizou-se uma revisão da literatura sobre o assunto. A metodologia de ensino aplicada foi a tradicional. Essa consiste no ensino centrado no professor, numa relação vertical com exposição de conhecimentos (ROZEMBERG, 2018). Entretanto, mesmo com as limitações metodológicas existentes para a atividade, foram realizados momentos de problematização com o grupo, de modo que os participantes pudessem se manifestar e assim construir conceitos de atuação sobre como executar a prevenção ao comportamento suicida e como agir na identificação de um adolescente com risco de suicídio. Apesar dos obstáculos metodológicos que atividade apresentou conseguiu falar e desmistificar alguns pontos importantes sobre o tema suicídio na adolescência. Além disso, foi possível mostrar ao grupo outras rotas para prevenir o suicídio e assim valorizar a vida.

Referências

- ALVES, M. A. G.; CADETE, M. M. M. Tentativa de suicídio infanto-juvenil: lesão da parte ou do todo? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 75-84, 2015.
- BATISTA, M. D.; MARANHÃO, T. L. G.; OLIVEIRA, G. F. Suicídio em jovens e adolescentes: uma revisão acerca do comportamento suicida, sua principal causa e formas de prevenção. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Juazeiro do Norte, v. 12, n. 40, p.705-719, 2018.
- KOHLRAUSCH, E. R. **Avaliação das ações de saúde mental relacionadas com o comportamento suicida na estratégia de saúde da família**. 2012. 207 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

¹ Enfermeira emergencista do Serviço Móvel de Atendimento Móvel Urgência. Integrante do Grupo de Estudos de Atenção à Saúde em Desastres e Eventos de Massa (GEASDEM). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: binalacerda79@gmail.com



MARCUS, C. **Egito-Literatura Egípcia: o diálogo de um desesperado com sua alma**, 2014. Disponível em: <<http://cidmarcus.blogspot.com/2014/12/egito-literatura-egipcia-o-dialogo-de.html>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

RIBEIRO, N. M. et al. Análise da tendência temporal do suicídio e de sistemas de informações em saúde em relação às tentativas de suicídio. **Texto & contexto enferm.**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. e2110016, 2018.

ROZEMBERG, E. **Qual o melhor método de ensino para os professores apostarem?** Disponível em: <<https://www.somospar.com.br/qual-o-melhor-metodo-de-ensino/>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

Resumos expandidos - Comunicação Oral

EDUCAÇÃO PERMANENTE E PROCESSOS DE TRABALHO EM SAÚDE MENTAL: LIMITES E POSSIBILIDADES

Daiane Schellin Berwaldt¹

Este estudo consiste em um relato de experiência da pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação Ensino na Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o qual está sendo desenvolvido desde julho de 2017 com estimativa de término em outubro de 2018. O trabalho tem como propósito analisar se a prática profissional de trabalho no território da atenção básica, promovidas no sentido do cuidado, pode propor mudanças que vão ao encontro de tecnologias leves, que favoreçam o cuidado em saúde mental no município de Guaíba/RS. Traz a pertinência em articular educação e saúde, visando através da Educação Permanente em Saúde, no contexto das relações das equipes de saúde, trabalhadores e usuários, refletir sobre as demandas em saúde mental que chegam cotidianamente à atenção básica. Conforme (CECCIM, 2005) para produzir mudanças de prática de gestão e de atenção, é fundamental que sejamos capazes de dialogar com as práticas e concepções vigentes, que sejamos capazes de problematizá-las. A metodologia desenvolvida é de um estudo de caso, por meio de entrevista semiestruturada aos profissionais do CAPS II, profissionais das unidades de Atenção Básica do município e gestores da Saúde Mental e da Atenção Básica. Os resultados deste estudo, obtidos até o presente momento, apontam para a importância da inclusão, da reinserção social das pessoas com transtornos mentais graves, severos e persistentes, na cidade, no território, na perspectiva do cuidado compartilhado; a necessidade de aproximar o Ensino no campo de atuação na saúde, o que exige mudanças, sejam elas relacionadas ao saber, ao poder, as relações sociais do contexto, que viabilizem a possibilidade de utilização de metodologias ativas. Segundo Mitre et al. (2008), as metodologias ativas possuem na problematização, estratégia de ensino-aprendizagem, visando motivar o discente, onde há a possibilidade de se deter, examinar, refletir e relacionar a sua história e assim, ressignificar suas descobertas. A problematização pode proporcionar informações e produzir conhecimento, na perspectiva de solucionar impasses e promover o próprio desenvolvimento.

Referências

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 9, n. 16, p. 161-177, 2005.

MITRE, S. M. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 2133-2144, 2008.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: daiane.s@hotmail.com

Resumos expandidos - Comunicação Oral

CONCEPÇÕES DE SAÚDE DE ADOLESCENTES E PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA

Gessiane Keila Ignatowicz Pasquali¹

Ana Cláudia Barbaresco²

Ana Flávia Mariano Bailone Alvares Leite³

Cláudia Regina Lima Duarte da Silva⁴

A adolescência, enquanto estágio de desenvolvimento humano tem sido conceituada como transição entre a infância e a fase adulta, sendo definida pela OMS como um período compreendido entre 10 e 19 anos (WHO, 2016). A saúde do adolescente constitui um desafio para os profissionais da saúde visto que, apesar do crescente interesse nas últimas décadas por esta população, a sociedade comumente exige do adolescente o cumprimento dos seus deveres como cidadão, mas não tem dado a devida atenção quanto aos direitos e às necessidades deste ciclo de vida (RUZANY, 2008). Entendendo as especificidades da adolescência e tomando como base as Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde (BRASIL, 2010), este trabalho tem por objetivo relatar o projeto de pesquisa que teve início em 2017 e está em andamento em um bairro do município de Blumenau/SC. O estudo envolve a aplicação de questionário sociodemográfico com os pais/responsáveis e a realização de grupos focais com os adolescentes da escola do bairro e entrevistas com profissionais de saúde da Estratégia Saúde da Família da mesma localidade. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética na Pesquisa em Seres Humanos com os números 2.558.376 e 2.216.628/2017. A finalidade é compreender as concepções de saúde expressas pelos adolescentes e pelos profissionais de saúde, ancorados em uma perspectiva holística e positiva da saúde (NORDENFELT, 2000), visando promover junto à comunidade reflexões e ações de saúde sobre a adolescência. Os resultados parciais indicam que os adolescentes conceituam saúde como qualidade de vida e bem-estar e que possuem informações sobre as condições para uma vida saudável, mas referem dificuldade para colocá-las em prática. Não ter saúde foi apresentado como processos físicos e mentais como doenças e histórias de perdas familiares que os impedem de realizar ações consideradas importantes para eles. Quanto aos profissionais de saúde, estes expressaram histórico de dificuldades em relação à sua própria adolescência e resistência no trabalho com o público deste ciclo de vida. Mesmo reconhecendo a importância do acolhimento ao adolescente e do trabalho diferenciado para este grupo, os profissionais declaram que ainda há escassa inserção do adolescente no planejamento de ações da atenção básica e que possuem dificuldade para atingir este público. Percebe-se que conhecer as condições sociodemográficas e as concepções de saúde dos adolescentes é essencial para o planejamento de ações de saúde que atendam as características daquela comunidade. Aliado a estas questões, a escuta dos profissionais e a análise de suas trajetórias de vida, pode possibilitar a construção de um ambiente sensível, acolhedor e promotor de saúde para os adolescentes. Outrossim, a perspectiva positiva de saúde pode contribuir para a construção de estratégias que estimulem o protagonismo juvenil e o bem-estar durante a adolescência, favorecendo uma vida adulta saudável.

¹ Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Mestrado Profissional da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina, Brasil. E-mail: gessiane-pasquali@hotmail.com

² Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Mestrado Profissional da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina, Brasil.

³ Enfermeira, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Mestrado Profissional da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina, Brasil. E-mail: analeite.enfermeira@yahoo.com.br

⁴ Professora titular da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Mestrado Profissional da FURB, Blumenau, Santa Catarina, Brasil.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes Nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

NORDENFELT, L. **Conversando sobre saúde**: um diálogo filosófico. Florianópolis: Bernúncia, 2000.

RUZANY, M. H. Atenção à saúde do adolescente: mudança de paradigma. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde do Adolescente**: competências e habilidades. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Adolescents**: health risks and solutions, 2016. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs345/en/>>. Acesso em: 14 out. 2017.

Resumos expandidos - Comunicação Oral

DEMANDA E PERFIL DE USUÁRIOS ADULTOS CLASSIFICADOS COMO POUCO URGENTES EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO ORIUNDOS DE UMA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE COMUNITÁRIA

Gisele de César Schafirowitz¹

Aline Corrêa de Souza²

O Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil busca constantemente a melhoria da qualidade dos serviços prestados, com o desafio do financiamento dos mesmos. Na realidade deste país, com dimensões continentais, a garantia de acesso universal e equânime a uma atenção à saúde integral, humanizada e de qualidade é uma meta permanente. É necessário priorizar a organização da rede de atenção à saúde nos diferentes níveis de atenção. No SUS, a Atenção Primária é a principal porta de entrada dos usuários aos serviços, e estudos mostram que este nível de atenção é capaz de solucionar 85% das demandas em saúde. No entanto, parte da população procura os serviços de emergência para acessar o sistema, causando superlotação. A Política Nacional de Humanização (BRASIL, 2010) iniciou a organização dos serviços de urgência, criando as Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs). De acordo com o Plano Municipal de Saúde de Porto Alegre, mais de 60% das consultas nas UPAs fora de indivíduos classificados como pouco urgentes. O objetivo do estudo é analisar a demanda e perfil dos usuários classificados como pouco urgentes em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), oriundos de uma rede de serviços de atenção primária à saúde. Ao analisar as demandas dos usuários pode-se influenciar práticas de saúde e a reorganização dos processos de trabalho nas unidades básicas de saúde. Há necessidade de contínua implementação de estratégias para atendimento continuado, evitando superlotação das emergências. Pretende-se identificar a procedência e características dos usuários que buscam a UPA, com estas situações, possibilitando interpretação e comunicação de resultados para a avaliação da gestão. Identificar o perfil sociodemográfico destes usuários e conhecer a procedência destes usuários e o serviço de saúde em que está cadastrado. Como pesquisa quantitativa, serão descritas causas do fenômeno e as relações entre variáveis em um estudo retrospectivo descritivo, por meio de dados secundários. O estudo será desenvolvido em Porto Alegre/RS (1.484.941 habitantes - IBGE, 2017). O município tem 71,2% da população com cobertura da atenção básica. Além destes serviços vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, o Grupo Hospitalar Conceição possui vinculado ao seu Serviço de Saúde Comunitária que atende mais de 120.000 pessoas.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização **HumanizaSUS**: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios para 2017**, ago. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017>>. Acesso em: 18 out. 2018.

¹ Médica de Família e Comunidade Grupo Hospitalar Conceição/UPA Zona Norte, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Mestranda do Mestrado Profissional em Saúde da Família da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). E-mail: gisele.schaf@gmail.com

² Professora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e Coordena o Núcleo de Enfermagem da Universidade Aberta do SUS (UNASUS) da UFCSPA, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Resumos expandidos - Comunicação Oral

ESTILOS PARENTAIS DE PAIS E RESPONSÁVEIS DE USUÁRIOS E NÃO USUÁRIOS DO CAPSi DE BLUMENAU/SC

Helena Medina Menezes¹

Jussara Dalcastagne Miozzo¹

Marlon Fernando de Oliveira¹

Carlos Roberto de Oliveira Nunes²

Estilos parentais representam as estratégias que os pais utilizam no processo de desenvolvimento emocional e social dos filhos. Em algumas situações, o estilo parental, juntamente com fatores socioeconômicos, pode ser propício para o desenvolvimento de comportamentos indesejados. O estudo teve como objetivo comparar os níveis de estilos parentais de pais e responsáveis de usuários e não usuários do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) de Blumenau/SC por queixa de agressividade e/ou abuso de Substâncias Psicoativas (SPA). A pesquisa foi realizada entre setembro de 2017 e julho de 2018, dentro Programa de Educação do Trabalho Saúde (Pet-Saúde/GraduaSUS) em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de bolsa de iniciação científica. Os participantes foram separados em dois grupos, sendo o grupo CAPSi (17 pais de usuários do CAPSi) e o grupo não CAPSi (40 pais de usuários da atenção básica). Os filhos dos participantes dos dois grupos tinham entre 7 e 17 anos e residiam nos mesmos bairros. Após mapeamento dos participantes elegíveis para a pesquisa foi realizado contato prévio por telefone ou pessoalmente nas unidades de saúde. Entrevistas eram realizadas com os participantes, utilizando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, questionário socioeconômico e o Inventário de Estilos Parentais (IEP). O IEP é um questionário desenvolvido para avaliação das relações entre pais e filhos, composto por 42 situações do cotidiano, com respostas “sempre”, “às vezes” ou “nunca” e informando com que frequência tal situação ocorre. Cada sentença pertence a um grupo de estilos parentais: monitoria positiva, monitoria negativa, abuso físico, negligência, comportamento moral, punição inconsistente e disciplina relaxada. A monitoria positiva e o comportamento moral pertencem aos estilos parentais positivos e os demais, negativos. Para análise, foram utilizados os testes de Komogorov-Smirnov, para teste de normalidade amostral, e Mann Whitney para comparação entre os dois grupos. Houve associação significativa entre os dois grupos. O grupo CAPSi apresentou mediana maior do que o grupo não CAPSi em alguns estilos parentais negativos: na punição inconsistente, o grupo CAPSi apresentou Md = 5,00 enquanto que o grupo não CAPSi apresentou Md = 1,00; em negligência o grupo CAPSi teve Md = 4,00 e o grupo Não CAPSi Md = 1,00 e em abuso físico o grupo CAPSi teve Md = 5,00 enquanto que o grupo Não CAPSi Md = 0,00. Comparando as medianas gerais do IEP de cada grupo, ou seja, das 42 questões do instrumento, temos o grupo não CAPSi com Md = 8,00 e o grupo CAPSi com Md = -8,00. Quando o escore se apresenta negativo, significa que os estilos negativos se sobrepõem aos estilos positivos. A presente pesquisa mostrou que os pais de usuários do CAPSi de Blumenau/SC apresentavam níveis mais altos de estilos parentais negativos do que os pais de usuários da atenção básica. É esperado que seja feito um estudo piloto de aplicação de treinamento de pais no CAPSi, levando em consideração o fato de que muitas demandas podem ser sanadas com treinamento de pais de maneira a diminuir a frequência de uso de medicamentos ou até mesmo interromper o consumo. O treinamento de pais pode ser feito em grupos com a mesma demanda ou em sessões individuais, onde o terapeuta aplica técnicas de modelação de comportamento com a objetivo de aprimorar e/ou modificar o repertório comportamental da criança e do adolescente. Desta maneira, os pais e os filhos fortalecem seus laços e haverá diminuição da probabilidade de desenvolvimento de transtornos mentais comuns na fase adulta dos filhos.

¹ Graduandos do curso de Psicologia da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina, Brasil. Bolsistas no programa PROPET-SAÚDE/GraduaSUS. E-mail: helena.hmm33@gmail.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Mestrado Profissional da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Diretor do Centro de Ciências da Saúde da FURB, Blumenau, Santa Catarina, Brasil.